
Gênero e positivismo: as parteiras e o Curso de Medicina em Porto Alegre

*Rejane Barreto Jardim**

Resumo: Este artigo trata da presença feminina na formação do saber médico no RS. Enfoca a criação do curso de partos como uma estratégia para a criação do curso de Medicina. Analisa o discurso médico desqualificador dos conhecimentos femininos sobre o corpo, e aborda as relações do campo médico com os poderes públicos, na articulação de um discurso moderno, sobre o corpo humano. Também pretende defender a idéia de que a Medicina captura os saberes femininos sobre o corpo na medida em que cria os cursos de partos.

Abstract: This article refers to the feminine presence in the medical knowledge formation in the state of Rio Grande do Sul, Brasil. It focuses on the foundation of delivery courses as a strategy to the foundation of medicine courses. It analyses the disqualifying medical discourse on feminine knowledge about the human body and approaches the relationship between the medical field and the health policies state about the human body. It also intends to show that medicine captures the feminine knowledge about the human body, to the extent in which founds delivery courses.

Palavras-chave: mulheres, parteiras, medicina.

Key words: women, midwife, medicine.

O privilégio da mente sobre o corpo encontra-se plasmado no pensamento ocidental e é o núcleo das tradições filosóficas e científicas. Enfim, é a base do conhecimento humano.

Essa relação hierárquica é identificada por Roy Porter:

É de importância básica uma compreensão do local subordinado, destinado ao corpo nos sistemas de valor religioso, moral e social da cultura europeia tradicional. Muito antes de Descartes, um dualismo fundamental invadiu a *mentalité* ocidental; ser humano significava ser uma mente encarnada ou, na formulação de Sir Thomas Brown, um *anfibio*. É um dualismo que muitos pensadores consideram paradoxal e mistificador, devido à radical incompreensibilidade das interseções entre a mente e a carne (1992, p. 303).¹

* Mestra em História do Brasil e Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Ao que parece, nessa forma de pensar, encontra-se a chave para algumas interrogações sobre o trato com o corpo, uma forma de lidar com ele que perdurou por muito tempo em nossa cultura e que ainda se faz presente. Essa noção dualista que liga a mente ao masculino e o corpo ao feminino, teve seus desdobramentos na manipulação da própria fisiologia humana durante muito tempo sacralizada. Antes do final do século XVIII e no início do século XIX, os homens de saber pouco lidavam com a anatomia humana, tal como passou a ser manipulada pela medicina moderna que passou a vê-la como uma maquinaria complexa que necessitava ser estudada. As lides do corpo eram para *peças pouco ilustradas*, de poucas luzes, tais como as parteiras, as curandeiras, as feiticieras, as bruxas, as mulheres mezinheiras, *enfim pessoas de mente pouco desenvolvida*. Esse pensamento dualista e hierarquizado relegou o corpo a uma segunda categoria e, portanto, pessoas de segunda categoria eram as mais indicadas para lidar com seus mistérios. Os saberes sobre o parto, por exemplo, foram durante muito tempo um privilégio feminino. A gineco-obstetrícia foi durante determinado período uma especialidade menor da medicina (Magalhães, 1922, p. 32-33).

O corpo era uma coisa menor, coisa de mulher, principalmente no que dizia respeito ao parto. Nessa noção dualista e hierarquizada do corpo, nota-se que a mente é tida como superior, positiva, controladora, objetiva, temporal e, portanto, um território masculino. O *corpo* sendo inferior, negativo, mau, caótico, escuro, santo e sagrado é, ao contrário, um território feminino. O desleixo a que se relegou o corpo humano, muitas vezes supliciado, martirizado, torturado, condenado, vigiado e punido em nome de uma suposta superioridade da mente é revelador desse lugar. Com a medicina moderna essa noção dual e hierárquica do corpo foi acentuada.

A modernidade deu um lugar privilegiado à *razão* e reforçou a superioridade da mente sobre o corpo. A mente do homem quer conhecer o corpo, porém sem perceber as interseções que existem entre ambos. Ainda se observa ora a primazia de um, ora a primazia de outro; ora a mente é cultuada, ora o corpo é homenageado. Vide, por exemplo, a instituição do Prêmio Nobel, uma homenagem à mente criadora e as Olimpíadas, uma festa ao corpo-máquina.

Nas lides do corpo tem-se um exemplo da permanência de alguns aspectos do modo tradicional de pensar os homens e a vida e, ao mesmo tempo, a emergência da forma moderna de compreensão do universo humano. O corpo é, nesse sentido, um lugar de saberes, é ao mesmo tempo produto e produtor de conhecimentos, lugar de interseção entre os homens e a História, síntese de uma possível unidade. Para Foucault, *um volume em perpétua pulverização* (Foucault, 1988, p. 22).

A ciência moderna realizou, de forma lenta e gradual, aquilo que se chamará de captura dos velhos saberes sobre o corpo feminino. Quando um dos pais da gineco-obstetrícia, Ambroise Paré, chamou os cirurgiões a se dedicarem aos estudos obstétricos, ele estava propondo que os médicos tomassem conta de um campo que até então estava nas mãos das mulheres (Rezende, 1969, p. 11).

Quando a Medicina clínica passou a lidar com o corpo como sendo lugar de conhecimento, como uma *superfície de inscrição de acontecimentos* (Foucault, 1988, p. 22), ela se assenhorou de um saber. A medicina chamou para si a tarefa de cuidar do bem-estar de toda a sociedade, impondo, assim, uma nova visão sobre a doença e a saúde, fazendo da própria morte um momento de *observação* e de *experimentação*.

Quando as parteiras deixaram de ser *empíricas* e passaram a ser *diplomadas*, a medicina clínica já havia capturado essa forma de saber. O mesmo diploma que conferia a uma mulher o título de parteira, capturava seu ofício quase ancestral. Antes da normalização do saber das parteiras pelos Cursos de Partos que foram criados no País, as mulheres sabiam como proceder na hora do parto com uma quase exclusividade. Uma prática que foi passada de mãe para filha. No dizer de Mary Del Priore, *um saber-fazer* que, no Rio Grande do Sul, permaneceria até os anos 40 do século atual. Muito provavelmente pela peculiaridade de aqui, durante os governos do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), a liberdade profissional ter sido garantida por lei (Franco, 1993, p. 44).²

Segundo o modo de ver da autora deste texto, a política do Partido Republicano Rio-grandense pode muito bem ter servido aos interesses da medicina que então se organizava enquanto corpo de saber. Possivelmente, essa política possibilitou o cadastramento das pessoas que praticavam a Medicina empírica. Os práticos estariam perfeitamente identificados e, embora nos primeiros tempos esse cadastramento não significasse necessariamente um instrumento de luta da corporação médica contra o *charlatanismo*, ele pode ter servido nas lutas que as gerações seguintes travaram contra os saberes empíricos.

Quanto às parteiras, elas permaneceram atuantes no cotidiano das comunidades distantes e sem recursos médicos. De uma maneira geral, a medicina custou a se envolver com a saúde reprodutiva feminina. No Sul do Brasil, não foi diferente. A escassez de médicos, somada à legislação que estimulava a existência de um empirismo controlado e mais os aspectos culturais do imaginário feminino – o pudor – fez com que a parteira fosse, por muito tempo, uma profissional bastante requisitada. Para além desse aspecto, a imperícia dos médicos que possuíam um conhecimento limitado sobre o processo de reprodução da vida, levou a que se preferisse a velha e conhecida

parteira, que além dos serviços que prestava na hora difícil do parto, também tratava das doenças femininas (Weber, 1997, p. 265).

Essas mulheres, que, durante tanto tempo, detiveram um saber exclusivo sobre o corpo feminino, passaram a ser identificadas como as rivais de um conhecimento que se queria único e legítimo. Nesse sentido, parece que, quando o Estado instituiu nas Faculdades de Medicina o Curso de Partos (decreto imperial, de 03 de outubro de 1832), já existia a intenção de capturar os saberes empíricos. As reformas de ensino que ocorrem após essa data e os objetivos da Sociedade de Medicina (criada em 1829) buscavam a normalização do saber médico.

No Rio Grande do Sul, em função da já citada política do PRR, ou seja, a defesa que esse partido fez do livre exercício profissional, fez com que a comunidade médica local assumisse uma postura de convivência com as outras formas de cura, o que não quer dizer ausência de conflitos. Contudo, o discurso médico moderno foi dominante: os médicos locais buscavam a legitimação dos seus saberes e a polêmica sobre o livre exercício profissional nunca cessou de acontecer (Franco; Ramos, 1943, p. 56).³

Quando a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre criou o Curso de Partos, em 1897, iniciou-se o processo de *captura* das parteiras e de seus saberes. Por outro lado, os conhecimentos empíricos foram sendo substituídos por um conhecimento diplomado, certificado, oficial, tal que a medicina e o Estado passavam a ter pleno controle sobre quem exercia a profissão de parteira e também sobre o que cada parteira deveria saber.

A medicina determinava quem sabia e o que sabia. Por outro lado, as mulheres principiavam a entrar no templo do moderno conhecimento médico, enquanto sujeito e objeto de investigação científica. A criação do Curso de Partos, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, bem o demonstra. Se, por um lado, a medicina realizou a *captura* dos saberes femininos sobre o corpo das mulheres, por outro, elas se apropriaram dos novos conhecimentos, tornando-se parte integrante das novas estruturas da ciência moderna. No hospital e na faculdade, ambos lugares de produção e difusão de conhecimento, é encontrada a presença feminina, tanto no curso para formação de parteiras, quanto no Curso de Medicina.

No mesmo período em que em Porto Alegre começou a funcionar o Curso de Partos, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) tornou-se doutora em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1887. Em 1888, Ermelinda Lopes de Vasconcelos (1866-196?), também gaúcha, colou grau de doutora em medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como outras tantas no mesmo período (Kaastrup, 1983, p. 22).⁴

Essas mulheres pioneiras nos cursos universitários transgrediram a norma vigente para o sexo feminino. A sociedade possuía uma idéia bastante rígida sobre o papel das mulheres, sempre confinadas à esfera do mundo privado, onde a função principal era o cuidado com a família. Aos homens a vida pública, às mulheres o mundo privado. A elas apenas um pouco de educação, o suficiente para que pudessem educar convenientemente a família, além de garantir, nas camadas mais favorecidas, um pouco de ilustração para a vida social (Louro, 1997, p. 443).⁵

Assim, pode-se dizer que o mesmo movimento que fez a Medicina realizar a *captura* dos saberes ancestrais que as mulheres possuíam sobre a sua fisiologia, trouxe-as para dentro dos domínios da Medicina moderna. O mesmo gesto que criou o Curso de Partos, atestando os saberes da *parteira*, reconhecendo a importância dessa mulher no imaginário social, buscou a consolidação do saber médico, utilizando-se da intervenção da figura da *parteira*, que significou, muitas vezes, no universo simbólico feminino, uma pessoa confiável, amiga, relacionada à figura da mãe que apara e ampara o surgimento de uma nova vida. É como se a medicina moderna buscasse tomar emprestado, dessas mulheres, todas as qualidades que lhes são tradicionalmente atribuídas.

O *Curso de Partos* recebe o nome de *Curso de Obstetrícia* quando da criação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Seu público-alvo eram as mulheres parteiras, e foi, sem dúvida, a normalização de um saber. Agora todos possuiriam o mesmo conhecimento. A ciência médica detinha absoluto controle sobre o que cada profissional deveria saber. Com a instituição dos Cursos de Partos os médicos passaram a determinar qual o saber de cada um, quando e como proceder nas práticas de manipulação sobre o corpo feminino. A primeira turma de médicos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, colou grau em 20 de dezembro de 1904. Eram 11 formandos, dentre eles uma mulher, a Dra. Alice Maeffer.

Cabe lembrar que a *elas* foi relegado o *corpo*, porque segundo a tradição dualista e hierárquica do pensamento ocidental, os saberes sobre o corpo são próprios do feminino, um apanágio das mulheres.

Notas

¹ Ver PORTER, Roy. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 303.

² Ver FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1993. p. 44.

³ Para maiores detalhes sobre a corporação médica do RS e suas relações com as políticas públicas de saúde, e o combate ao charlatanismo ver: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão médico rio-grandense: síntese histórica no Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ramos & Franco Editores, 1943.

⁴ Sobre as mulheres e a medicina, ver: HAASTRUP, Diva Machado Pereira. *A*

mulher na medicina. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, além do já muito conhecido texto de SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da Medicina no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁵ Sobre as mulheres e a educação consultar LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, José Barros de. O combate ao charlatanismo no Rio Grande do Sul. In: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão médico rio-grandense: síntese cultural e histórica no Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ramos & Franco Editores, 1943.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1993.

FRANCO, Álvaro & RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão médico rio-grandense: síntese cultural e histórica no Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ramos & Franco Editores, 1943.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KAASTRUP, Diva Machado Pereira. *A mulher na medicina*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAGALHÃES, Fernando. *A obstetrícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977.

REZENDE, Jorge. *Obstetrícia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 1969.

WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense, 1889/1928*. 1997. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas.